

MUNICÍPIO DE MONTALEGRE



RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2010

INDICE

Introdução	3
Organização do Município	4
Participações do Município em Entidades	6
Estrutura Orgânica do Município	10
Execução Orçamental	11
Execução Orçamental da Receita	13
Execução Orçamental da Despesa	21
Análise da Dívida Municipal	31
Situação Económica e Financeira	34

INTRODUÇÃO

No cumprimento da alínea j) do n.º1 do artigo 68º da Lei n.º 169 / 99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5 – A / 2002 de 11 de Janeiro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de Prestação de Contas do exercício de 20010, constituído por:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Execução do Orçamento da Receita;
- Execução do Orçamento da Despesa;
- Execução do Plano Plurianual Investimento;
- Execução do Plano de Actividades Municipais;
- Relatório de Gestão;
- Outros Documentos;

Para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º da referida Lei.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da actividade deste Executivo Camarário, descrevendo a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita, bem como o desenvolvimento do endividamento de curto, médio e longo prazo, numa análise dos custos e proveitos.

O Relatório de Gestão serve também de comparabilidade entre os objectivos traçados pela autarquia nos documentos previsionais e os métodos utilizados na execução das actividades e avaliação dos resultados, o que permite identificar o grau de eficácia e de eficiência atingidos pela actividade autárquica e identificar também os objectivos que não foram completamente atingidos.

1 ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169 / 99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5 – A / 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Montalegre, Órgão deliberativo do Município, é constituído por 71 membros, dos quais 36 são eleitos directamente, e os restantes 35 são Presidentes de Juntas de Freguesia, que também o integram.

Assembleia Municipal

Presidente da Assembleia Municipal:
Joaquim Lopes Pires

1º Secretário:
Manuel António Silva Carvalho

2º Secretária:
Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

1.2 CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169 / 99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5 – A / 2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente a Câmara Municipal de Montalegre é constituída por 6 vereadores

Presidente da Câmara
Fernando José Gomes Rodrigues

Competências:

- Organização e Administração Geral
- Planificação e Projectos
- Gestão Financeira
- Obras Municipais e Equipamentos
- Parques e Outras Zonas Verdes
- Caça e Pesca
- Gestão e Direcção dos Recursos Humanos

Vice-Presidente da Câmara
Manuel Orlando Fernandes Alves

Competências:

- Planeamento e Ordenamento do Território Municipal
- Gestão Urbanística (Loteamentos, Obras de Urba. e Obras de Edificação Urbana)
- Fiscalização de Operações Urbanísticas
- Protecção Civil
- Cultura e Ciência
- Ecomuseu de Barroso
- Tempos Livres e Desporto

- Turismo
- Promoção, Divulgação e Feiras
- Apoio às Actividades Económicas
- Defesa do Consumidor
- Serviços desconcentrados de Salto
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal

Vereadora em regime de tempo inteiro

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Competências:

- Recursos Humanos (Apoio)
- Educação
- Transportes Escolares
- Habitação e Acção social
- Património Municipal
- Contencioso e contra-ordenações
- Fiscalização na área da segurança, salubridade e saúde pública
- Direcção dos processos de água, saneamento e RSU
- Comunicações - Informática
- Trânsito
- Toponímia
- Iluminação Pública
- Mercados e Feiras
- Abastecimento Público e Resíduos Sólidos Urbanos
- Higiene e Limpeza Pública
- Cemitérios
- Apoio aos órgãos das freguesias do concelho (Assembleias e Juntas de Freguesia)
- Relacionamento Institucional com a Assembleia Municipal
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal.

Vereador sem regime de permanência

António Gonçalves Araújo

Competências:

- Brigada de Feral
- Gestão do pessoal afecto às unidades orgânicas que têm competência funcional nas respectivas áreas de intervenção municipal

Vereador sem regime de permanência

Paulo Jorge Miranda Cruz

Competências:

- Caça e Pesca

Vereador sem regime de permanência

José Duarte Crespo Gonçalves

Vereador sem regime de permanência

Adelino Augusto dos Santos Bernardo

2 – PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

2.1 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso

A empresa EHATB, EM, SA viu os seus estatutos publicados em DR no dia 13 de Setembro de 1989, tem um Capital Social de 900.000,00 €, subscrito em igual montante pelos seis Municípios que integram a região do Alto Tâmega, (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar). Gere a mini - hídrica do Alvadia e possui a mini - hídrica de Bragadas. Explora energia eólica com empresas próprias e tem participação em capital social mais cerca de 20 empreendimentos.

RESINORTE .

A empresa RESINORTE foi formalmente constituída pelo Decreto lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro, por uma fusão da REBAT, RESAT e RESIDOURO e agregando os municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN) e à associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE).

Alem dos municípios referidos, a nova sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. terá como accionista a EGF – Empresa Geral do Fomento, com 51% do Capital Social.

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A empresa Águas de Trás-os-Montes, S.A. foi criada conjuntamente com o Sistema Multimunicipal de Águas e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Decreto Lei nº 270-A/200, de 6 de Outubro, para explorar em regime de concessão por um prazo de 30 anos a concepção e a construção das obras e equipamentos necessários para o abastecimento de água e o saneamento em alta tal como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O Capital da empresa foi subscrito por 30 Municípios, entre os quais o de Montalegre, conjuntamente com as sociedades Águas de Portugal, SGPS, S.A. (accionista maioritário) e a EHATB.

Matadouro Regional de Barroso e Alto Tâmega

Empresa constituída por escritura pública em 19 de Fevereiro de 1988 no Cartório Notarial de Montalegre, com capital social de 50.000,00 € tendo sido aumentado para 125.000,00 euros em 1 de Junho de 2006, através de escritura pública.

O capital tem vários subscritores, entre os quais o Município de Montalegre, com a participação de 20%.

2.2 – PARTICIPAÇÕES NÃO SOCIETÁRIAS

AMAT – Associação Municípios do Alto Tâmega

A AMAT integra os 6 Municípios que constituem o Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, publicou os seus estatutos no dia 2 de Julho de 1992.

Tem um papel primordial na gestão e coordenação de iniciativas de âmbito intermunicipal.

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

A ANMP foi constituída a 22 de Fevereiro de 1985, representa os Municípios Portugueses perante os Órgãos de Soberania e perante as Organizações nacionais e internacionais.

Realiza estudos e projectos sobre assuntos relevantes para o poder local e promove a troca de experiências e informações técnico-administrativa entre os seus membros. Desenvolve ainda acções de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal de administração local, mantendo serviço de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros.

O Município de Montalegre é um dos associados.

CIM -TM - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS - OS - MONTES

A CIM-TM é uma associação de âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, pelos seus estatutos(publicados no Diário da República - 2ª série - nº 58 de 24 de Março de 2009) e pela demais disposições legais aplicáveis.

A CIM-TM é composta pelos municípios de Alfandega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, *Montalegre*, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

Associação Europeia dos Eleitos da Montanha

A Associação Europeia dos Eleitos da Montanha foi constituída em 14 de Junho de 1991, o município de Montalegre aderiu e mantém-se como membro desta associação.

Agência de Energia de Trás - os - Montes - AE - TM

É objecto dessa associação contribuir para a gestão da procura de energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e a gestão ambiental na interface com a energia.

O Município de Montalegre aderiu à associação no ano 2010.

ADRAT - Associação Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega

A Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) é uma agência de desenvolvimento criada na década de 80 pela dinâmica e vontade das principais instituições do Alto Tâmega.

ADRAT agrega à sua volta as *autarquias*, associações empresariais, cooperativas agrícolas, associações de produtores e outros importantes actores do Alto Tâmega. Somos um parceiro imprescindível para a promoção de um processo definitivo de desenvolvimento social e económico da região.

ADERE - PENEDA GERÊS

ADERE - Peneda Gerês é uma entidade privada sem fins lucrativos, que desenvolve a sua actividade nas regiões dos cinco concelhos abrangidos pelo Parque Nacional da Peneda do Gerês.

QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.

A associação tem por fim a valorização, qualificação, defesa, promoção e dignificação da identidade dos produtos tradicionais portugueses e subsidiariamente, dos seus produtos e território.

O Município de Montalegre aderiu no ano de 2009.

CIAB – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo.

O CIAB – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (TRIBUNAL ARBITRAL) é uma estrutura vocacionada para a informação aos consumidores e às empresas, promovendo também a resolução de conflitos de consumo de forma institucionalizada, ao abrigo da lei nº 31/86, de 29/8 e do Decreto Lei nº 425/86, de 27/12, utilizando para o efeito a mediação, a conciliação e a arbitragem.

Mundo Rural

Turismo Porto e Norte de Portugal

Turismo Porto e Norte de Portugal é a Entidade Regional de Turismo do Porto e norte de Portugal, surgiu no âmbito do novo regime jurídico que prevê a divisão de Portugal Continental em cinco áreas regionais de turismo.

Ecomuseu - Associação de Barroso

A Associação Ecomuseu - Associação de Barroso visa o desenvolvimento do território de barroso, a gestão dos pólos do ecomuseu, na preservação do património cultural e natural; a organização dos produtos locais, o incentivo à criação de canais de comercialização, a criação de parcerias, a promoção, divulgação e desenvolvimento de iniciativas e eventos que enriquece a população local, aumentando o seu nível formativo.

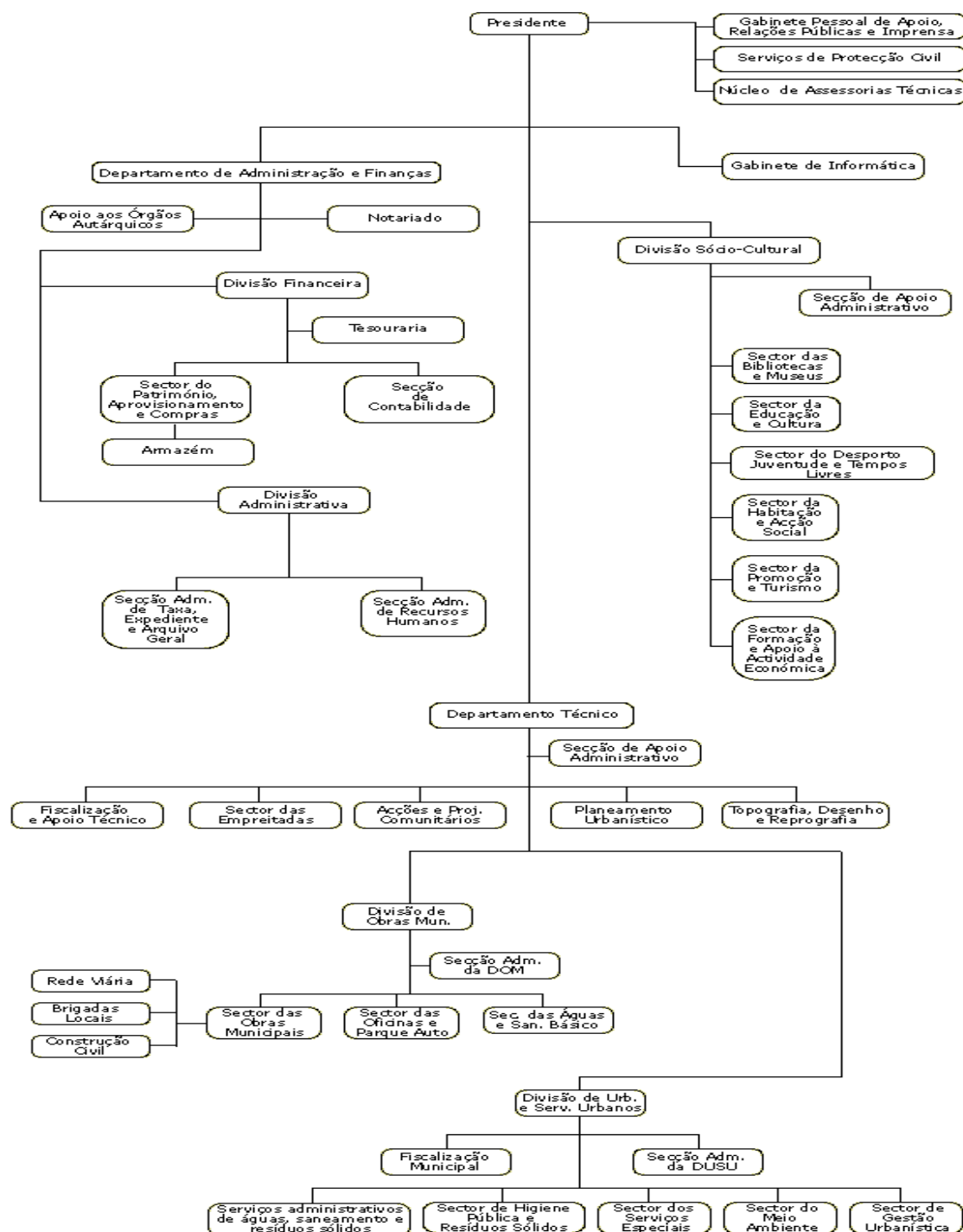
Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado (ESEDJTMM),

A Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado (ESEDJTMM), sediada no Concelho de Chaves é uma Instituição reconhecida de interesse público pelo Decreto-Lei nº 99/96 de 19 de Julho, enquadra-se no Ensino Superior Particular e Cooperativo, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 16/94 de 22 de Janeiro.

Foi criada em 1993, pela Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves (APEEC), Instituição sem fins lucrativos constituída pelas Câmaras Municipais do Alto Tâmega e Barroso e pelas Santas Casas da Misericórdia de Boticas, Chaves, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e ainda pela Santa Casa da Misericórdia de Cerva.

3 – ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

Organograma



4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como sabemos a Administração Pública rege-se fundamentalmente por documentos Orçamentais, os quais registam previsões de Receita e Despesa e a sua efectiva realização.

Os documentos de registo Patrimonial surgiram em 2002, trazendo um complemento indispensável à contabilidade orçamental ao permitir uma análise mais abrangente dos actos de Gestão Autárquica.

Face ao exposto, abordamos neste capítulo os fluxos monetários de entrada e saída e a sua evolução ao longo dos últimos anos.

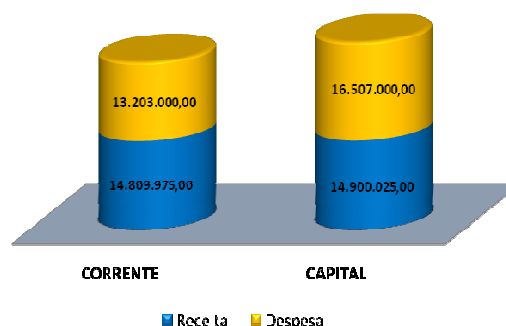
4.1 - COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

O Orçamento da Autarquia de Montalegre foi elaborado nos termos de Decreto-lei nº 54/99 de 22 de Fevereiro, e aprovado nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, em 7 de Dezembro de 2009 pelo Órgão Executivo e em 2 de Janeiro de 2010 pelo Órgão Deliberativo.

O Orçamento deste Município apresenta a previsão das receitas bem como das despesas desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem um carácter anual. Na execução do Orçamento de 2010 não só foram respeitados todos os princípios contabilísticos, como também se executaram todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Dotações Iniciais

RECEITA		DESPESA	
CORRENTE	14.809.975,00	CORRENTE	13.203.000,00
CAPITAL	14.900.025,00	CAPITAL	16.507.000,00
TOTAL	29.710.000,00	TOTAL	29.710.000,00



O gráfico mostra a estrutura da Receita e da Despesa segundo uma óptica corrente e de capital.

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente propostos com os valores efectivamente executados.

O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

Esta comparação entre o *Orçamento Final* e o *Orçamento Executado* permite aferir os vários constrangimentos e a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas arrecadadas e despesa paga. Mas deverá ter-se em conta que o *PPI* tem um horizonte de quatro anos sendo normal incluir-se aqui iniciativas que por várias razões, nomeadamente de candidaturas a fundos comunitários, só mais tarde são executadas.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Final com os montantes executados da Receita e da Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma *taxa de execução da Receita e da Despesa de 59,5% e 59,4%* respectivamente.

O Orçamento inicialmente previsto e aprovado para o ano 2010 foi no montante de 29.900.000,00 € (vinte e nove milhões, novecentos mil euros), durante a sua execução anual, existiram diversas Alterações/ Revisões orçamentais, sem que o valor orçamentado inicialmente se tenha alterado.

As modificações orçamentais obedecem a um conjunto de princípios orçamentais e regras previsionais legalmente aprovadas no âmbito do POCAL.

As modificações orçamentais vêm previstas no ponto 8.3.1 do POCAL e podem ser de dois tipos:

- Revisões
- Alterações

As modificações orçamentais devem atender aos princípios orçamentais e regras previsionais, nomeadamente ao princípio da universalidade, do equilíbrio e da especificação.

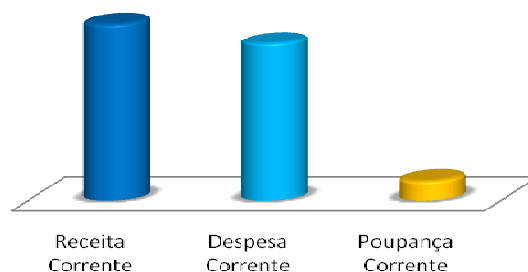
	ORÇAMENTO		VALOR	DESVIO	EXECUÇÃO
	INICIAL	FINAL a)	EXECUTADO b)	b) - a)	%
RECEITA	29.710.000,00	29.710.000,00	17.690.278,75	-12.019.721,25	59,5%
Corrente	14.809.975,00	14.809.975,00	11.792.814,64	-3.017.160,36	79,6%
Capital	14.900.025,00	14.900.025,00	5.897.464,11	-9.002.560,89	39,6%
Outra Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA	29.710.000,00	29.710.000,00	17.633.668,11	-12.076.331,89	59,4%
Corrente	13.203.000,00	13.248.000,00	10.497.806,48	-2.750.193,52	79,2%
Capital	16.507.000,00	16.462.000,00	7.135.861,63	-9.326.138,37	43,3%

Equilíbrio Orçamental

O Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, dispõe a alínea e) do ponto 3.1.1, que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.”

Este equilíbrio Orçamental traduz a capacidade da autarquia conseguir com a receita corrente financiar a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços municipais, dos projectos sociais, educacionais, culturais e desportivos e ainda libertar meios para financiar despesa de capital.

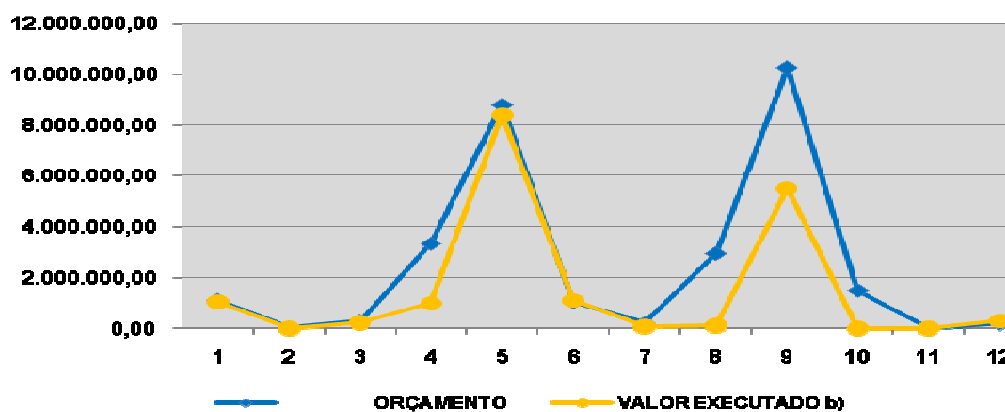
	Valor Executado
Receita Corrente	11.792.814,64 €
Despesa Corrente	10.497.806,48 €
Poupança Corrente	1.295.008,16 €



4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTO DA RECEITA

Neste Capítulo é feita a análise do grau de execução de receita alcançada face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais e comunitários.



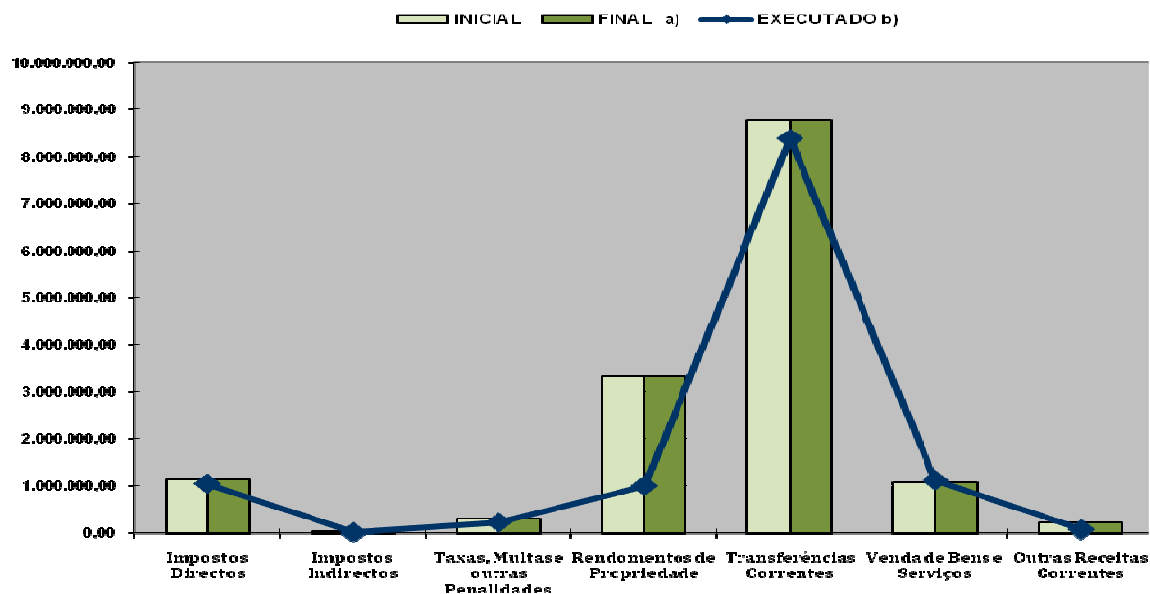
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO b)	DESVIO b) - a)	EXECUÇÃO %
	INICIAL	FINAL a)			
RECEITA CORRENTE	14.809.975,00	14.809.975,00	11.792.814,64	-3.017.160,36	79,6
1 - Impostos Directos	1.130.300,00	1.130.300,00	1.031.869,66	-98.430,34	91,3
2 - Impostos Indirectos	24.000,00	24.000,00	7.358,27	-16.641,73	30,7
3 - Taxas, Multas e outras Penalidades	283.200,00	283.200,00	210.385,49	-72.814,51	74,3
4 - Rendimentos de Propriedade	3.332.100,00	3.332.100,00	988.486,11	-2.343.613,89	29,7
5 - Transferências Correntes	8.783.482,00	8.783.482,00	8.383.950,53	-399.531,47	95,5
6 - Venda de Bens e Serviços	1.054.100,00	1.054.100,00	1.103.699,20	49.599,20	104,7
7 - Outras Receitas Correntes	202.793,00	202.793,00	67.065,38	-135.727,62	33,1
RECEITA DE CAPITAL	14.900.025,00	14.900.025,00	5.897.464,11	-9.002.560,89	39,6
8 - Venda Bens Investimento	2.937.000,00	2.937.000,00	113.322,00	-2.823.678,00	3,9
9 - Transferência Capital	10.261.025,00	10.261.025,00	5.499.484,88	-4.761.540,12	53,6
10 - Activos Financeiros	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	-1.500.000,00	0,0
11 - Passivos Financeiros	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	0,0
12 - Outras Receitas Capital	200.000,00	200.000,00	284.657,23	84.657,23	142,3
TOTAL RECEITA	29.710.000,00	29.710.000,00	17.690.278,75	-12.019.721,25	59,5

RECEITAS CORRENTES

As **Receitas Correntes**, pela sua natureza têm uma função importante na gestão financeira da Autarquia, já que se trata de um fluxo monetário estável. Com uma execução de 79,6% a Autarquia consegue arrecadar *Receitas Correntes* que lhe permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo todas as *Despesas Correntes* e uma parcela das *Despesas de Capital*.

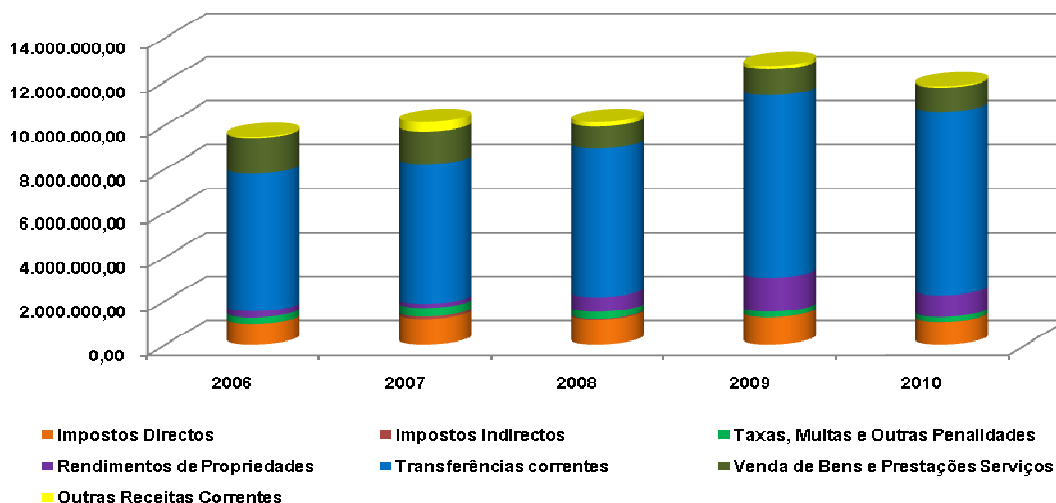
Pela análise ao quadro acima referenciado e no que concerne à execução da Receita Corrente, pode verificar-se que os valores arrecadados são provenientes na sua maioria das *Transferências Correntes* 72%, os restantes 28%, tiveram origem em fontes diversas, salientando-se as *Venda de Bens e Serviços*, *Impostos Directos* e *Rendimentos de Propriedade*, como responsáveis por 9,4%, 8,8% e 8,4% respectivamente do total das *Receitas Correntes*.

A disparidade observada entre os valores orçamentados e executados não resulta da falta de rigor aquando da elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo possível relevar em termos orçamentais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas.



O quadro a seguir representado permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes num período considerado.

	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
RECEITA CORRENTES										
Impostos Directos	943.107,22	9,9	1.156.990,99	11,4	1.128.917,29	11,1	1.234.246,27	9,7	1.031.869,66	8,7
Impostos Indirectos	4.159,13	0,0	108.780,23	1,1	44.882,11	0,4	4.622,60	0,0	7.358,27	0,1
Taxas, Multas e Outras Penalidades	278.488,04	2,9	397.984,58	3,9	311.854,60	3,1	253.535,45	2,0	210.385,49	1,8
Rendimentos de Propriedades	289.453,17	3,1	194.475,26	1,9	673.294,26	6,6	1.555.210,45	12,2	988.486,11	8,4
Transferências correntes	6.265.862,29	66,1	6.371.779,52	62,8	6.774.002,49	66,8	8.318.597,24	65,4	8.383.950,53	71,1
Venda de Bens e Prestações Serviços	1.645.682,30	17,4	1.488.430,74	14,7	1.003.291,73	9,9	1.187.171,76	9,3	1.103.699,20	9,4
Outras Receitas Correntes	58.312,12	0,6	420.646,85	4,1	197.145,40	1,9	159.387,38	1,3	67.065,38	0,6
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.485.064,27	100	10.139.088,17	100	10.133.387,88	100	12.712.771,15	100	11.792.814,64	100



Principais Componentes da Receita Corrente

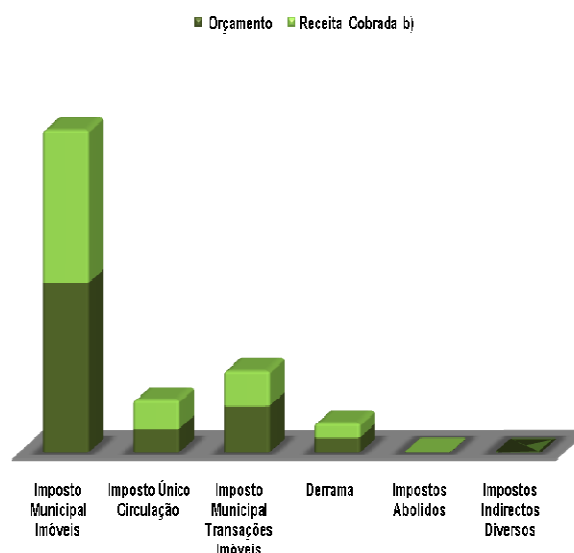
Este capítulo tem como objectivo comparar por rubricas a execução das Receitas Correntes, dada a sua importância na gestão do município.

	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Impostos Directos	1.130.300,00	1.130.200,00	1.031.869,66	-98.330,34	91,3%
Imposto Municipal Imóveis	753.000,00	753.000,00	679.683,07	-73.316,93	90,3%
Imposto Único Circulação	104.000,00	104.000,00	129.892,63	25.892,63	124,9%
Imposto Municipal T. Imóveis	206.000,00	206.000,00	157.771,65	-48.228,35	76,6%
Derrama	66.000,00	66.000,00	64.191,11	-1.808,89	97,3%
Impostos Abolidos	1.200,00	1.200,00	331,20	-868,80	27,6%
Impostos Indirectos Diversos	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,0%
Impostos Indirectos	23.900,00	23.900,00	7.358,27	-16.541,73	30,8%
Mercados e Feiras	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,0%
Loteamentos e Obras	20.000,00	20.000,00	3.392,58	-16.607,42	17,0%
Ocupação Via Pública	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,0%
Publicidade	1.500,00	1.500,00	1.530,89	30,89	102,1%
Outros	2.300,00	2.300,00	2.434,80	134,80	105,9%
Taxas Multas e Outras Penalidades	283.200,00	283.200,00	210.358,04	-72.841,96	74,3%
Mercados e Feiras	25.000,00	25.000,00	5.366,22	-19.633,78	21,5%
Loteamentos e Obras	96.000,00	96.000,00	74.169,58	-21.830,42	77,3%
Ocupação Via Pública	3.400,00	3.400,00	5.572,88	2.172,88	163,9%
Caça Uso e Porte de Armas	52.500,00	52.500,00	40.692,48	-11.807,52	77,5%
Saneamento	50.000,00	50.000,00	30.766,65	-19.233,35	61,5%
Outras	15.300,00	15.300,00	15.078,98	-221,02	98,6%
Multas o Outras Penalidades	41.000,00	41.000,00	38.711,25	-2.288,75	94,4%

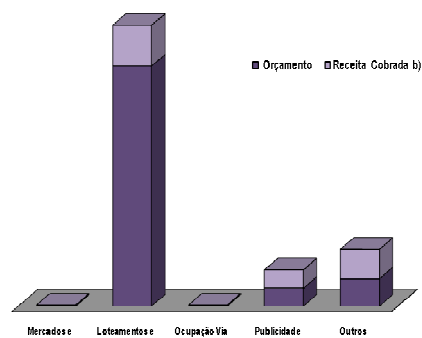
Os *Impostos Directos* arrecadados pelo município no ano financeiro de 2010, tiveram uma execução de 91,3% em relação ao previsto em orçamento.

O Imposto Único Circulação superou o valor previsto no orçamento, alínea b do ponto 2.3.4.2, regras e princípios do POCAL – “ A cobrança da receita pode no entanto ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento”.

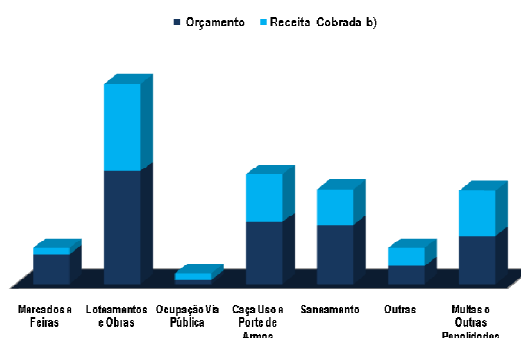
O IMI (Imposto Municipal Imóveis) foi o imposto que mais receita gerou 60,1% no total dos Impostos Directos.



Nos *Impostos Indirectos* a execução foi superada nas rubricas Publicidade e Outros, enquanto que nas rubricas Mercados e Feiras e Ocupação de Via Pública, a receita arrecadada foi nula.



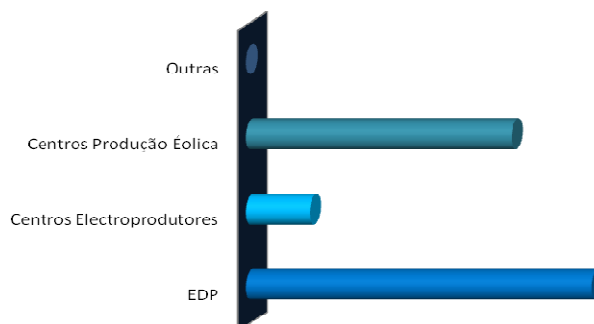
Nas *Taxas, Multas e Outras Penalidades* a maior arrecadação de receita deu-se na rubrica Loteamento e Obras.



Rendimentos de Propriedade – Uma das rubricas mais significativas neste agregado de receita são as rendas de concessão da EDP.

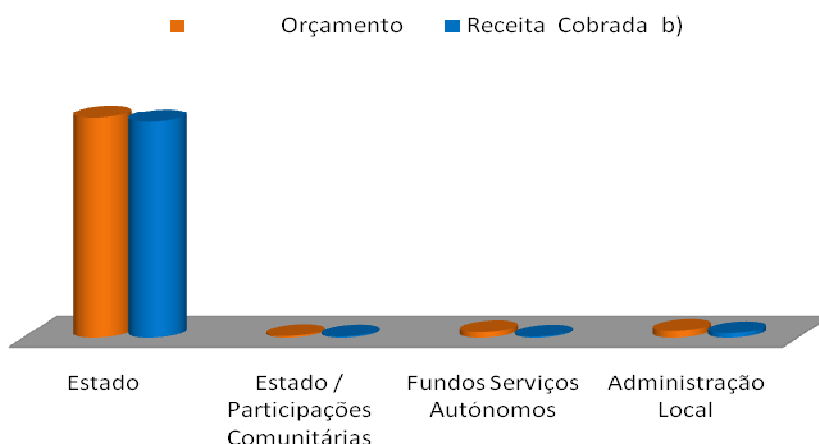
A EDP como concessionária para a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Concelho de Montalegre, paga trimestralmente uma renda a este município, que é definida por uma percentagem legalmente instituída associada ao consumo de electricidade em baixa tensão no concelho.

Rendas	2010
EDP - Concessão	441.766,84
Centros Electroprodutores	81.054,78
Centros Produção Eólica	339.226,55
Outras	42,36



A taxa de execução das *Transferência Correntes* foi de 95,5% em relação ao previsto em orçamento.

	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Transferências Correntes	8.783.482,00	8.783.482,00	8.383.950,53	-399.531,47	95,5%
Estado	8.273.282,00	8.273.282,00	8.135.938,51	-137.343,49	98,3%
Estado / Participações Comunitárias	60.100,00	60.100,00	44.563,68	-15.536,32	74,1%
Fundos Serviços Autónomos	200.100,00	200.100,00	39.468,34	-160.631,66	19,7%
Administração Local	250.000,00	250.000,00	163.980,00	-86.020,00	65,6%



As transferências do orçamento de Estado são as rubricas correntes que mais contribuem para arrecadação da Receita Corrente, pertencendo a maior tranche ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, com 6.259.561,00 € (seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e um euros).

Encontra-se também nesta rubrica o valor de € 1.502.805,27, relativos à transferência de competências e descentralização no domínio da educação, designadamente as relativas ao pessoal não docente do ensino básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horários na educação pré-escolar, às actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, para o município.

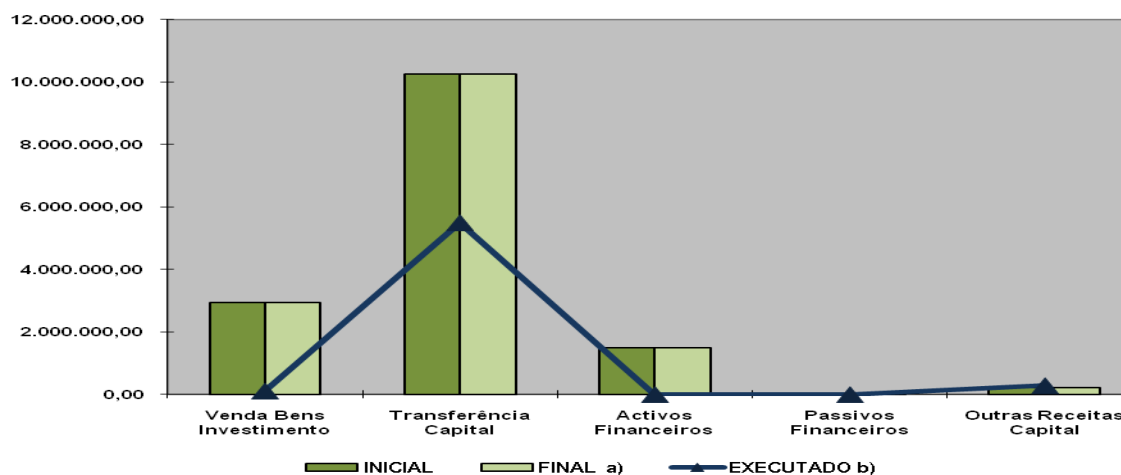
O FSM resulta do valor correspondente às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios. Com base no princípio dos deveres de informação estatuído no artigo 50º da LFL, informa este município a DGAL – através da aplicação SIAL – das despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo.

Com a *venda de Bens e Serviços* o Município arrecadou 1.103.699,20 € (um milhão, cento e três mil, seiscentos e noventa e nove euros e vinte centimos), a taxa de execução situou-se nos 104,7 % em relação ao que estava previsto em orçamento.

Venda Bens e Prestação Serviços	Orçamento		Receita Cobrada b)	Desvio b) - a)	Taxa Execução
	Inicial	Final a)			
Venda de Bens	247.000,00	247.000,00	257.473,81	10.473,81	104,2%
Água	237.000,00	237.000,00	247.050,00	10.050,00	104,2%
Material Divulgação	10.000,00	10.000,00	10.423,81	423,81	104,2%
Serviços	806.000,00	806.000,00	844.172,90	36.130,41	104,7%
Aluguers Espaços e Equipamentos	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,0%
Serviços S. R. C. e Desportivos	15.300,00	15.300,00	19.149,27	3.849,27	125,2%
Saneamento	30.000,00	30.000,00	2.957,63	-27.042,37	9,9%
Resíduos Sólidos	155.000,00	155.000,00	160.657,83	5.657,83	103,7%
Transportes Colectivos	400,00	400,00	382,40	-17,60	95,6%
Ramais de Água	5.000,00	5.000,00	26.492,86	21.492,86	529,9%
Ramais de Saneamento	5.000,00	5.000,00	5.836,89	836,89	116,7%
Outros	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,0%
Cemitérios	7.000,00	7.000,00	8.925,00	1.925,00	127,5%
Mercados e Feiras	35.000,00	35.000,00	61.528,14	26.528,14	175,8%
Tarifa Disponibilidade	495.000,00	495.000,00	438.157,56	-56.842,44	88,5%
Condomínio / Prédio A. Fidalgo	3.000,00	3.000,00	3.489,01	489,01	116,3%
Outros	45.000,00	45.000,00	108.203,09	63.203,09	240,5%
Transportes Escolares	10.000,00	10.000,00	8.392,50	-1.607,50	83,9%
Encargos C. Receita	100,00	100,00	0,72	-99,28	0,7%
Rendas	1.100,00	1.100,00	2.052,49	952,49	186,6%
Habitações	1.100,00	1.100,00	2.052,49	952,49	186,6%

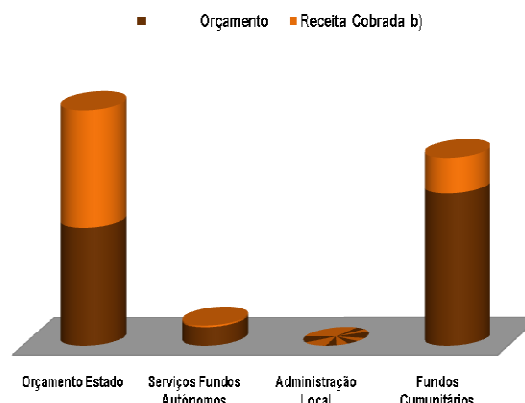
RECEITAS CAPITAL

As **Receitas de Capital** são constituídas por Vendas de Bens de Investimento, Transferências e Empréstimos Bancários, representando na sua globalidade 39,5% do total das receitas executadas.



A rubrica *Transferência de Capital* que perfaz 93,3% das Receitas de Capital tem-se apresentado como a mais significativa deste capítulo. Tal dimensão resulta fundamentalmente das Transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia, através de projectos comparticipados.

	Orçamento Previsto	Receita Cobrada b)
Transferências Capital	10.261.025,00	5.499.484,88
Orçamento Estado	4.190.925,00	4.173.041,00
Serviços Fundos Autónomos	663.100,00	60.507,13
Administração Local	1.000,00	0,00
Fundos Comunitários	5.406.000,00	1.265.936,75



A execução da Receita de Capital está fortemente condicionada à arrecadação de fundos do exterior – Transferência de Capital. A diferença na execução tem a ver com atrasos nos financiamentos comunitários, apesar de 2010 ser já o quarto ano do Quadro de Referência Estratégico Nacional (Q.R.E.N. 2007 / 2013).

A receita registada na rubrica Venda de Bens de Investimento, reflecte a alienação de: um lote nº 45, do loteamento industrial de montalegre (55.472,00 €), um edifício escolar desactivado em Reigoso (35.100,00€) e um contrato de promessa do edifício escolar desactivado de Fafão (22.750,00 €).

A rubrica Passivos Financeiros apresenta uma execução de 0%, pois o município neste ano não recorreu a empréstimos bancários. O recurso a *Empréstimos Bancários* é uma fonte de financiamento complementar.

O quadro que a seguir se apresenta mostra a evolução e capacidade de execução das Receitas Capital num período considerado.

RECEITAS DE CAPITAL	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Venda de Bens Investimentos	158.239,01	1,8	310.963,03	4,5	127.142,46	1,9	38.742,00	0,5	113.322,00	1,9
Transferências de Capital	6.154.592,22	71,6	5.497.053,93	78,7	5.197.669,13	76,1	7.215.713,99	93,8	5.499.484,88	93,3
Activos Financeiros										
Passivos Financeiros	2.285.141,29	26,6	1.173.439,85	16,8	1.441.470,60	21,1	431.915,00	5,6		0,0
Outras Receitas de Capital					61.804,86	0,9	4.796,12	0,1	284.657,23	4,8
TOTAL RECEITAS CAPITAL	8.597.972,52	100	6.981.456,81	100	6.828.087,05	100	7.691.167,11	100	5.897.464,11	100

4.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA

O **Orçamento da Despesa** foi elaborado por classificação orgânica de acordo com o organigrama da Autarquia e por classificação económica estabelecida pelo Decreto-lei nº 26/2002 de 14 de Fevereiro. A classificação Orgânica 01 – Administração Municipal é constituída pela 0101 – Assembleia Municipal, 0102 – Câmara Municipal e 0103 – Operações Financeiras.

As despesas da Assembleia Municipal e Câmara Municipal são despesas correntes. Em operações Financeiras para além das despesas correntes, os juros, existem também despesas de capital, as amortizações, decorrentes dos empréstimos a médio e longo prazo.

Nas restantes orgânicas, 02 – Departamento de Administração e Finanças, 03 – Departamento Técnico, 04 – Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos e 05 – Divisão Sócio Cultural, e 06 – Sector Educação, as despesas existentes são correntes e de capital.

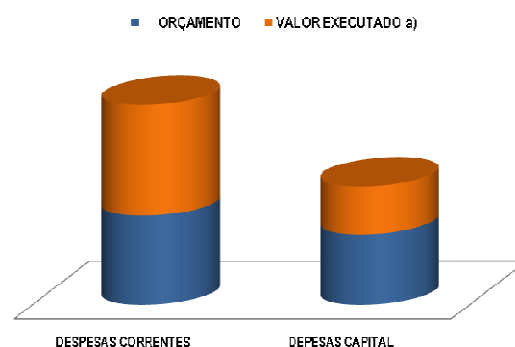
Neste ponto efectuar-se-á a análise da despesa paga, sob ponto de vista da classificação económica. Na análise da execução orçamental, será feita a comparação entre a despesa prevista (Orçamento Inicial) e despesa paga (executada).

	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO a)	DESVIOS a) - b)	EXECUÇÃO %
	INICIAL	FINAL b)			
DESPESAS CORRENTES	13.203.000,00	13.248.000,00	10.497.806,48	-2.750.193,52	79,2
Despesas c/pessoal	5.020.800,00	4.905.250,00	4.416.319,13	-488.930,87	90,0
Aquisição Bens / Serviços	5.763.560,00	6.423.110,00	4.514.600,43	-1.908.509,57	70,3
Juros e Outros Encargos	550.000,00	235.000,00	119.368,17	-115.631,83	50,8
Transferências Correntes	1.528.640,00	1.384.640,00	1.244.802,40	-139.837,60	89,9
Subsídios	150.000,00	120.000,00	109.129,58	-10.870,42	90,9
Out. Despesas Correntes	190.000,00	180.000,00	93.586,77	-86.413,23	52,0
DEPESAS CAPITAL	16.507.000,00	16.462.000,00	7.135.861,63	-9.326.138,37	43,3
Aquisição Bens Capital	14.778.000,00	14.892.000,00	5.882.710,30	-9.009.289,70	39,5
Transferências Capital	866.000,00	707.000,00	410.109,03	-296.890,97	58,0
Activos Financeiros	1.000,00	1.000,00		-1.000,00	0,0
Passivos Financeiros	861.000,00	861.000,00	843.042,30	-17.957,70	97,9
Outras Despesas Capital	1.000,00	1.000,00		-1.000,00	0,0
TOTAL DESPESAS	29.710.000,00	29.710.000,00	17.633.668,11	-12.076.331,89	59,4

A previsão inicial do Orçamento da Despesa, para o ano financeiro de 2010, foi de 29.710.000,00 € (vinte e nove milhões, setecentos e dez mil euros).

No decorrer da sua execução, a previsão inicial sofreu alterações/revisões, sem que o seu valor inicial se tenha alterado.

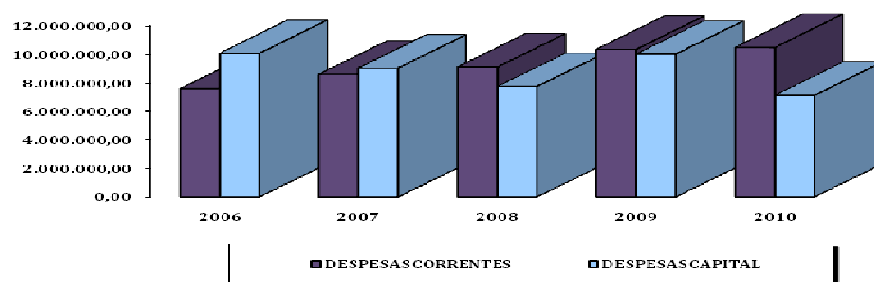
A despesa paga foi de 17.633.668,11 € (Dezassete milhões, seiscentos e trinta e três mil, seiscentos e sessenta oito euros e onze cêntimos), apresentando um desvio em relação ao previsto de 12.076.331,89 €, traduzindo uma taxa de execução da despesa de 59,4% face ao valor previsto em Orçamento.



COMPARAÇÃO COM A EXECUÇÃO DE ANOS ANTERIORES

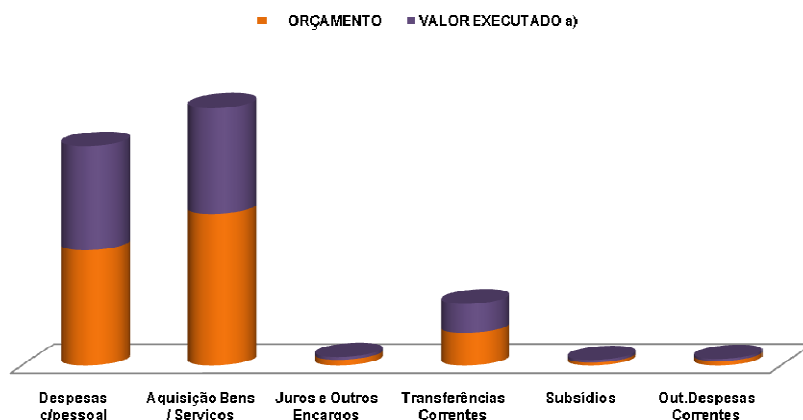
A execução das despesas correntes tem evoluído no período considerado. Quanto às despesas de capital, e à semelhança das receitas de capital que já foi abordada anteriormente, oscilam mediante a arrecadação, essencialmente dos fundos comunitários.

DESIGNAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
DESpesas CORRENTES					
Despesas com Pessoal	3.496.977,77	3.313.732,54	3.358.353,43	4.445.244,49	4.416.319,13
Aquisição Bens e Serviços Correntes	2.992.462,89	3.918.550,92	4.065.173,78	3.796.339,85	4.514.600,43
Encargos Correntes da Dívida	252.400,48	426.510,79	660.675,23	547.540,21	119.368,17
Transferências Correntes	568.295,53	821.525,66	798.518,09	1.290.428,40	1.244.802,40
Subsídios	210.813,20	101.293,99	67.338,95	103.523,73	109.129,58
Outras Despesas Correntes	71.117,06	26.539,00	173.075,54	180.929,62	93.586,77
TOTAL DESpesas CORRENTES	7.592.066,93	8.608.152,90	9.123.135,02	10.364.006,30	10.497.806,48
DESpesas CAPITAL					
Aquisição de Bens de Capital	9.363.349,93	8.399.437,06	5.858.553,02	7.099.937,85	5.882.710,30
Transferências de Capital	338.768,35	266.711,17	1.422.709,80	477.023,30	410.109,03
Activos Financeiros					
Passivos Financeiros	382.204,12	391.253,20	474.386,21	2.003.897,00	843.042,30
Outras Despesas de Capital				454.413,81	
TOTAL DESpesas CAPITAL	10.084.322,40	9.057.401,43	7.755.649,03	10.035.271,96	7.135.861,63
TOTAL	17.676.389,33	17.665.554,33	16.878.784,05	20.399.278,26	17.633.668,11



DESPESA CORRENTE

As **Despesas Correntes** são compostas principalmente, pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, assumindo um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento, pelas transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes.

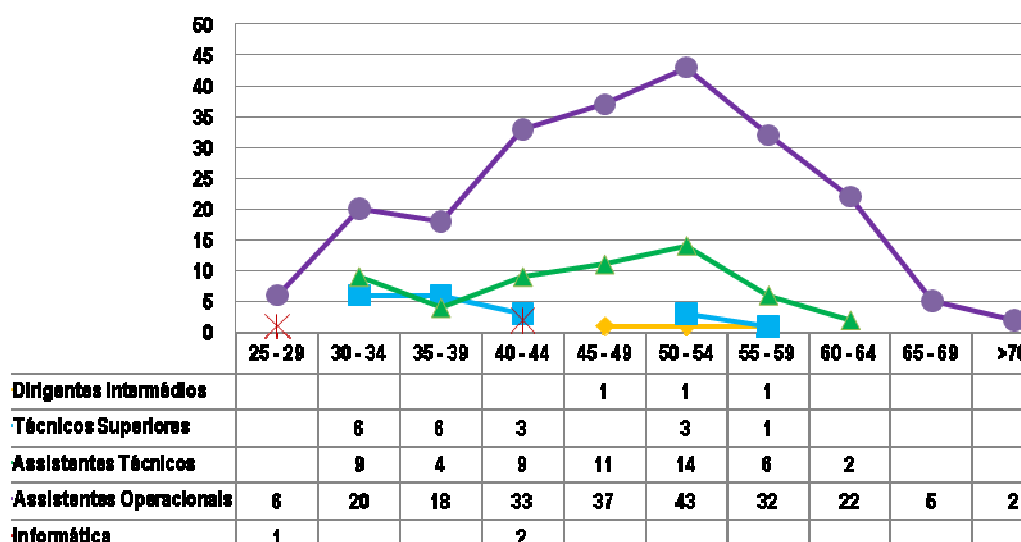
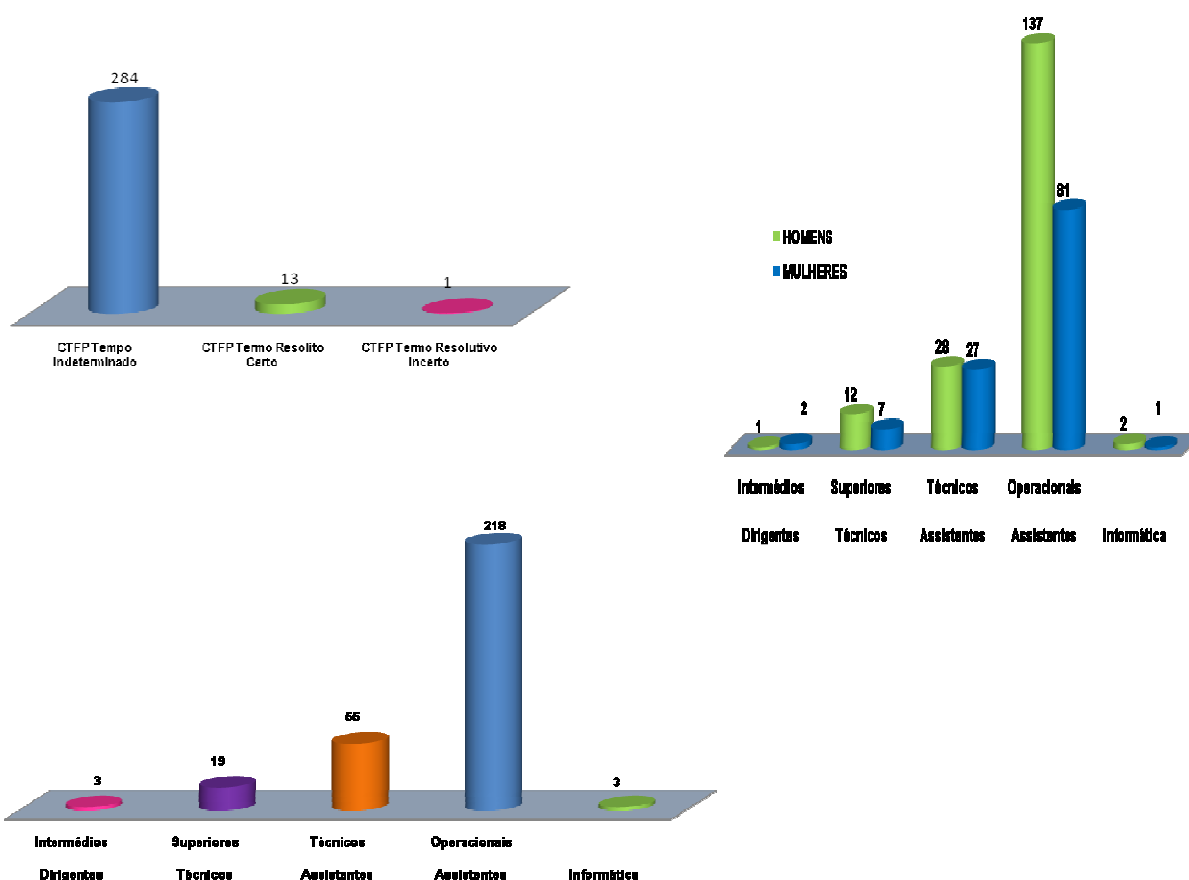


DESPESAS COM PESSOAL

As *Despesas com pessoal* representam 42,1% das despesas correntes e 25% do total das despesas. Os recursos humanos apresentam-se cada vez mais como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e do sucesso do cumprimento de forma eficaz e eficiente dos seus objectivos.

	Dirigentes Intermediários	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Total
Comissão de Serviço						
CTFP Tempo Indeterminado	3	14	54	210	3	284
CTFP Termo Resolutivo Certo		4	1	8		13
CTFP Termo Resolutivo Incerto		1				1
Outras						
Total	3	19	55	218	3	298

Os gráficos seguintes reflectem a estrutura do Município a 31 / 12 / 2010.



DESPESAS COM PESSOAL	4.416.319,13 €
Remunerações Certas e Permanentes	3.566.596,30
Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	121.805,81
Pessoal do Quadro em Regime CIT	2.416.420,00
Pessoal Regime Tarefa e Avença	0,00
Pessoal C/ Contrato a Termo	207.086,81
Pessoal Aguardando Aposentação	7.680,16
Estágios Profissionais	17.316,88
Membros do GAP	29.263,85
Representação	32.744,84
Membros dos Órgãos Autárquicos	24.098,16
Pessoal do Quadro	8.646,68
Subsídio de refeição	276.089,66
Pessoal do Quadro	249.974,34
Pessoal em Qualquer Outra Situação	21.606,20
Membros dos Órgãos Autárquicos	4.509,12
Subsídio de Férias e de Natal	458.188,29
Pessoal do Quadro	405.978,95
Pessoal em Qualquer Outra Situação	52.209,34
Abonos Variáveis ou Eventuais	95.541,88
Horas Extraordinárias	20.368,79
Ajudas de Custo	38.304,46
Abonos para Falhas	7.017,68
Colaboração Técnica e Especializada	0,00
Subsídio de Trabalho Nocturno	76,50
Indemnizações Por Cessação de Funções	0,00
Outros Suplementos e Prémios	29.774,45
Senha de Presença	29.774,45
Segurança Social	754.180,95
Encargos c/ Saúde	48.030,86
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	49.589,65
Outras Prestações Familiares	9.153,26
Assistência na Doença Funcionários Públicos – ADSE	101.050,26
Segurança Social Funcionários Públicos (CGA)	398.126,70
Segurança Social - Regime Geral	106.877,16
Seguros	39.757,36
Eventualidade Maternidade / Paternidade e Adopção	1.595,70

Na rubrica da *segurança Social*, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a *Caixa Geral de Aposentações* e as despesas com saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida com *ADSE*. Quanto a essa matéria é de referir que são as Autarquias que suportam de factos todos os encargos com saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A *ADSE* funciona apenas como intermediário com os estabelecimentos de saúde

(hospitais e centros de saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

No que diz respeito à *medicina no trabalho*, foi realizada por empresa contratada, “Trabalho Vivo”, que realizou exames periódicos, tendo sido gasto com esta actividade € 14.001,90 (catorze mil, um euro e noventa cêntimos).

A *formação* visa desenvolver competências e talentos dos funcionários em função das necessidades existentes. No exercício de 2010, a despesa afecta à formação foi de 6.200,00€, este investimento em capital humano é uma condição imprescindível para a autarquia poder dar uma resposta eficiente às mais recentes alterações legislativas, nos diversos domínios.

Os *estágios profissionais* organizados no âmbito do PEPAL, destinam-se a jovens com idade compreendida entre os 18 e os 30 possuidores de licenciatura, bacharelato ou habilitações com cursos de qualificação profissional, recém-saídos dos sistemas de educação e formação, à procura do primeiro emprego ou desempregados à procura de novo emprego, que não tenham frequentado o PEPAP - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central.

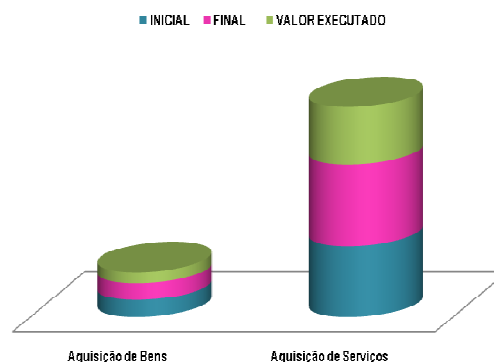
Ao longo dos últimos anos o município de Montalegre na qualidade de promotora, tem desenvolvido projectos desta natureza, de acordo com as necessidades das diversas unidades orgânicas.

O estágio profissional na administração local tem a duração de 12 meses, são financiados pelo Fundo Social Europeu - POPH.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Verifica-se que a rubrica *Aquisição de Bens* representa 16,3% e a *Aquisição de serviços* 83.7% do total do valor pago para o capítulo da Aquisição de Bens e serviços.

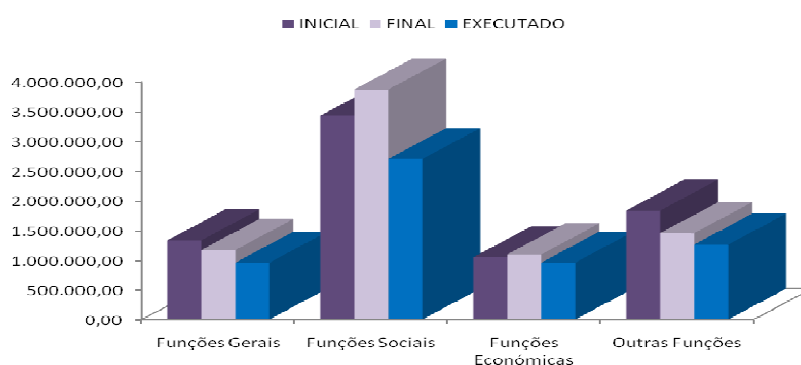
	ORÇAMENTO		VALOR EXECUTADO
	INICIAL	FINAL	
Aquisição de Bens e Serviços	5.763.560,00	6.423.110,00	4.514.600,43
Aquisição de Bens	1.110.000,00	1.088.000,00	736.585,82
Aquisição de Serviços	4.653.560,00	5.335.110,00	3.778.014,61



PLANO ACTIVIDADES MUNICIPAIS – DESPESA CORRENTE / CAPITAL

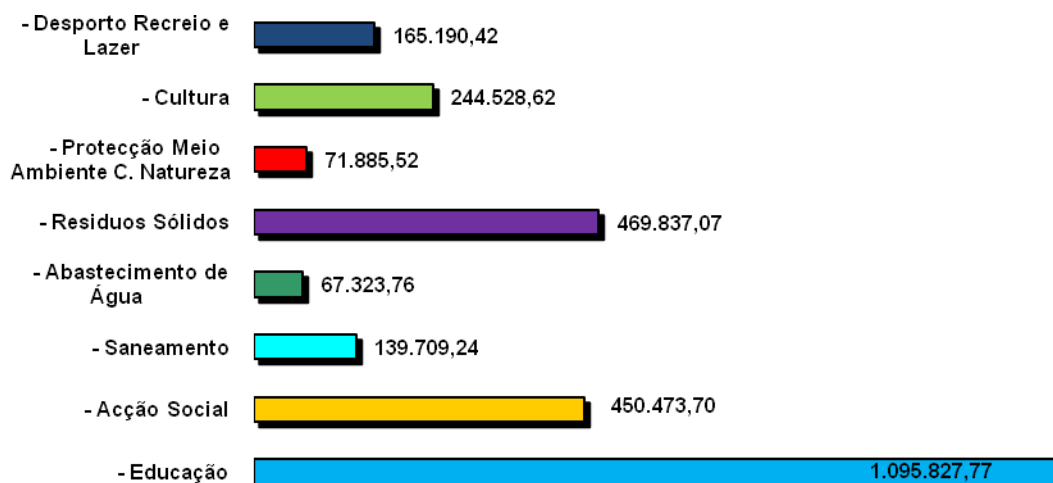
A principal componente do **Plano de Actividades Municipal - PAM** é de despesa corrente, nele encontram-se descritas por classificação funcional as despesas mais relevantes da Autarquia.

As transferências de Capital encontram-se descritas no PAM assim como os encargos com as amortizações dos empréstimos bancários.



	ORÇAMENTO		VALOR	EXECUÇÃO
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO	%
Funções Gerais	1.333.912,00	1.171.912,00	958.943,25	81,83
- Serviços Gerais Administração Pública	1.180.000,00	1.007.000,00	806.578,78	80,10
- Segurança e Ordem Pública	153.912,00	164.912,00	152.364,47	92,39
Funções Sociais	3.435.128,00	3.876.228,00	2.704.776,10	69,78
- Educação	1.382.000,00	1.662.000,00	1.095.827,77	65,93
- Acção Social	386.128,00	572.228,00	450.473,70	78,72
- Saneamento	255.000,00	245.000,00	139.709,24	57,02
- Abastecimento de Água	120.000,00	93.000,00	67.323,76	72,39
- Resíduos Sólidos	700.000,00	710.000,00	469.837,07	66,17
- Protecção Meio Ambiente C. Natureza	150.000,00	105.000,00	71.885,52	68,46
- Cultura	266.750,00	296.750,00	244.528,62	82,40
- Desporto Recreio e Lazer	175.250,00	192.250,00	165.190,42	85,92
Funções Económicas	1.049.600,00	1.097.600,00	960.034,57	87,47
- Industria e Energia	450.000,00	615.000,00	597.740,15	97,19
- Caminhos	50.000,00	16.000,00	0,00	0,00
- Comércio e Turismo	286.000,00	296.000,00	214.228,94	72,37
-Outras Funções Económicas	263.600,00	170.600,00	148.065,48	86,79
Outras Funções	1.837.000,00	1.456.900,00	1.263.602,26	86,73
TOTAL	7.655.640,00	7.602.640,00	5.887.356,18	77,44

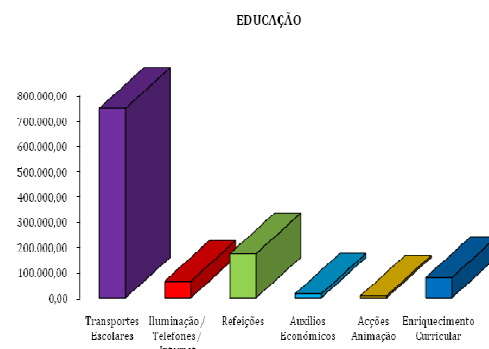
Como se pode verificar as **Funções Sociais** representam 46 % das despesas inscritas no Plano de Actividades Municipais, sendo a *Educação* a que mais influência tem, no total das Funções Sociais.



A autarquia com vista a criar reais igualdades de oportunidades no acesso a um ensino de qualidade, atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência.

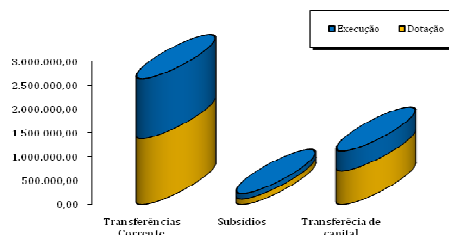
Esses apoios caracterizam-se em atribuições de auxílios económicos, refeições escolares, transportes escolares, reflectindo um esforço financeiro crescente da autarquia.

	VALOR EXECUTADO
EDUCAÇÃO	1.095.827,77
Transportes Escolares	751.271,01
Iluminação / Telefones / Internet	65.898,95
Refeições	174.921,19
Auxílios Económicos	15.662,34
Acções Animação	7.618,60
Enriquecimento Curricular	80.455,68



As Transferências Correntes, Subsídios e Transferências de Capital encontram-se distribuídas pelas diversas funções do PAM. É um mapa obrigatório da Prestação de Contas e no cumprimento no disposto na Lei nº 26/94, de 19 de Agosto são publicados semestralmente.

	Dotação	Execução
Transferências Corrente	1.385.640,00	1.244.802,40
Subsídios	120.000,00	109.129,58
Transferência de capital	707.000,00	410.190,03



DESPESA DE CAPITAL

As componentes da *Despesa de Capital*, circunscrevem-se quase exclusivamente, à aquisição de Bens de Capital, cujo montante representa 82,4% das despesas de capital e 33,4% da totalidade da despesa.

As *Transferências de Capital* encontram-se descritas no Plano de Actividades Municipal como já foi referido, tendo no ano em curso representado 5,75% da despesa de Capital

A rubrica Passivos Financeiros reporta-se às amortizações pagas com os empréstimos de médio e longo prazo, representando 11,8% da despesa de capital e 4,79% do total das despesas pagas.

A *Aquisição de Bens de Capital*, onde estão incluídas as obras públicas, encontra-se espelhada no Plano Plurianual de Investimento.



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

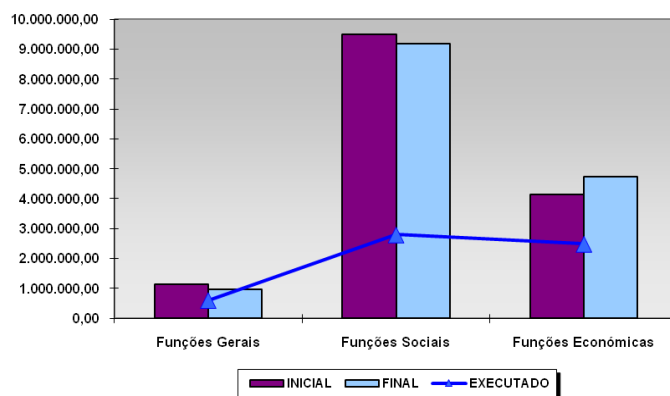
O *Plano Plurianual de Investimentos*, tem um horizonte móvel de quatro anos, incluindo todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respectiva previsão de despesa e a sua execução.

A previsão para o PPI foi inicialmente € 14.778.000,00 (catorze milhões, setecentos e setenta e oito mil euros), com as alterações / revisões ocorridas durante o ano económico de 2010, as rubricas sofreram um ajustamento, passando a sua dotação a ser de € 14.892.000,00.

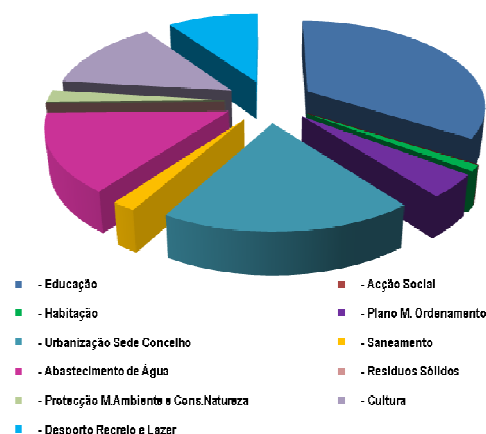
A execução do PPI foi de 39,5% em relação ao previsto no orçamento corrigido. Para cálculo do grau de execução do PPI, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações iniciais /corrigidas inscritas no Plano.

	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	VALOR EXECUTADO	EXECUÇÃO %
Funções Gerais	1.148.000,00	973.000,00	599.682,10	61,63
- Serviços Gerais Administração Pública	1.027.000,00	967.000,00	599.682,10	62,01
- Segurança e Ordem Pública	121.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Funções Sociais	9.485.000,00	9.180.000,00	2.796.851,87	30,47
- Educação	1.777.000,00	2.040.000,00	951.303,59	46,63
- Acção Social	100.000,00	0,00	0,00	0,00
- Habitação	803.000,00	608.000,00	31.238,04	5,14
- Plano M. Ordenamento	450.000,00	450.000,00	118.330,28	26,30
- Urbanização Sede Concelho	1.802.000,00	2.056.000,00	530.663,97	25,81
- Saneamento	585.000,00	410.000,00	51.689,85	12,61
- Abastecimento de Água	1.380.000,00	1.147.000,00	405.301,94	35,34
- Resíduos Sólidos	50.000,00	10.000,00	0,00	0,00
- Protecção M. Ambiente e Conservação Natureza	125.000,00	125.000,00	63.179,82	50,54
- Cultura	1.606.000,00	1.331.000,00	372.003,17	27,95
- Desporto Recreio e Lazer	807.000,00	1.003.000,00	273.141,21	27,23
Funções Económicas	4.145.000,00	4.739.000,00	2.486.176,33	52,46
- Indústria e Energia	250.000,00	180.000,00	68.649,29	38,14
- Rede Viária e Sinalização	2.678.000,00	3.042.000,00	1.457.687,73	47,92
- Caminhos	335.000,00	295.000,00	231.017,21	78,31
- Arruamentos	828.000,00	1.193.000,00	728.822,10	61,09
- Comércio e Turismo	54.000,00	29.000,00	0,00	0,00
TOTAL	14.778.000,00	14.892.000,00	5.882.710,30	39,50

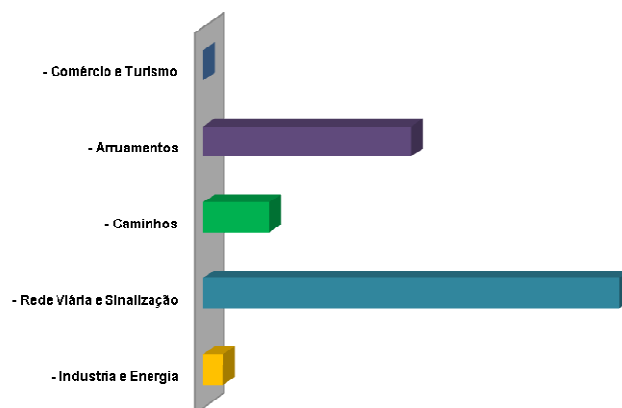
Assim como no Plano de Actividades Municipais são *Funções Sociais* as mais representativas 47,5% do total da despesa do Plano Plurianual de Investimentos.



Dentro das *Funções Sociais* destacam-se a: Educação e a Urbanização da Sede do Concelho.



Nas *Funções Económicas* devemos salientar as despesas efectuadas com os Arruamentos e Outras Obras nas Freguesias e com a Rede Viária.



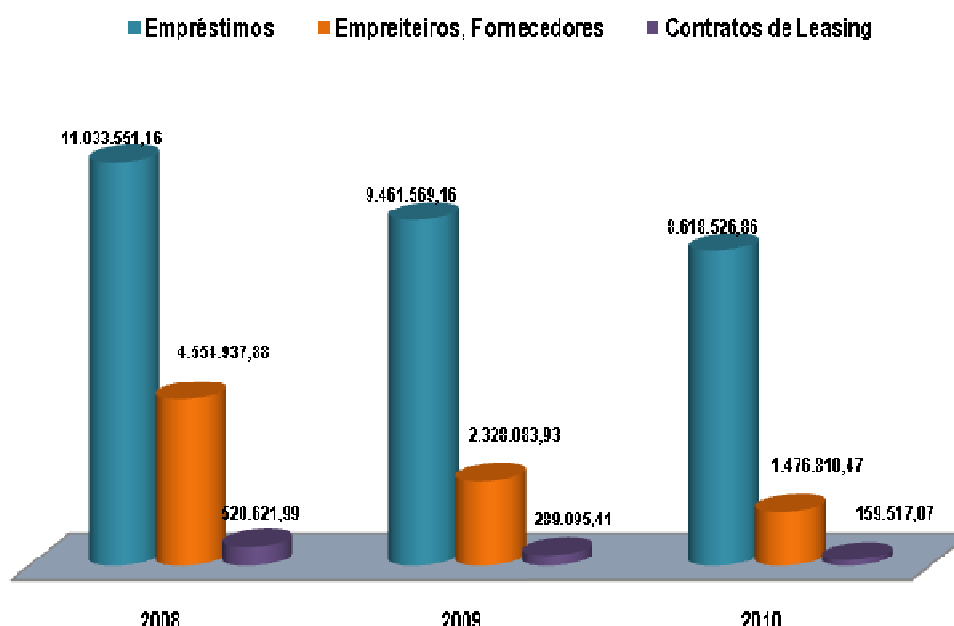
5 - ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

O recurso aos empréstimos bancários tem como objectivo fazer face à crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições mas também a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho, com objectivo de proporcionar melhores condições sócio - económicas, culturais e desportivas.

O endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à insuficiência de receita, para aproveitar o máximo de Fundos Comunitários e para acelerar o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Constitui uma fonte de política económica autorizada por lei dentro dos limites impostos e aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, com o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmula)	Dívida apurada em 31/12/2008	Dívida apurada em 31/12/2009	Pagamentos Efectuados	Novos Encargos	Dívida apurada em 31/12/2010	OBS
1 - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO						
CGD						
0501/000012/587/0019	1.435.975,69	1.311.419,18	134.857,14		1.176.562,04	
0501/000030/387/0019	2.061.199,49	1.902.993,78	185.148,89		1.717.844,89	
9015/000099/887/0019	592.574,53	552.834,06	44.298,18		508.535,88	
9015/000134/987/0019	47.171,86	41.426,44	5.745,42		35.681,02	
9015/000182/987/0019	38.660,70	33.951,92	4.708,78		29.243,14	
9015/000183/887/0019	32.770,48	28.779,12	3.991,36		24.787,76	
9015/001635/587/0019	524.973,13	499.367,48	30.231,39		469.136,09	
9015/001636/387/0019	71.394,50	67.912,23	4.111,37		63.800,86	
BCP						
6346211	125.367,67	116.412,83	8.954,84		107.457,99	
6359791	34.979,87	32.481,31	2.498,56		29.982,75	
6343231	73.385,57	68.143,75	5.241,82		62.901,93	
6350091	150.996,54	140.211,08	10.785,46		129.425,62	

BPI					
3249200-830-001/0666	828.675,18	784.057,25	51.376,43		732.680,82
3249200-830-002	856.359,60	704.355,30	40.421,47		663.933,83
BBVA					
97866 0000537	1.290.850,09	130.113,10	8.006,96		122.106,14
97866 0000628	1.426.745,66	1.347.482,02	79.263,64		1.268.218,38
"Programa Pagar Tempo e Horas"					
Caixa C. Agrícola M.	864.882,60	703.549,46	173.040,40		530.509,06
Estado DGTF	576.588,00	576.588,00	0,00		576.588,00
"Regularização Extraordinária Dívida"					
Caixa C. Agrícola M.		246.724,85	50.360,19		196.364,66
Estado DGTF		172.766,00	0,00		172.766,00
SOMA DE I -	11.033.551,16	9.461.569,16	843.042,30	0,00	8.618.526,86
OUTRAS DÍVIDAS					
Empreiteiros, Fornecedores	4.554.937,88	2.328.083,93	10.519.480,29	11.370.753,75	1.476.810,47
Contratos de Leasing	520.621,99	289.095,41	118.802,36	0,00	159.517,07
SOMA DE II -	5.075.559,87	2.617.179,34	10.638.282,65	11.370.753,75	1.636.327,54
TOTAIS GERAIS	16.109.111,03	12.078.748,50	11.481.324,95	11.370.753,75	10.254.854,40



Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo prazo - Artigos 39º e 61º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

O limite é calculado com base da soma de: Transferências do Orçamento de Estado do Ano (exceptuando o FSM), os Impostos Municipais (IMI, IMT, IC, Impostos Abolidos) e Derrama do ano anterior.

O indicador do endividamento a ter em conta é o total de empréstimos não excepcionados em dívida no final do ano.

Limite de Empréstimos Municipais a 31/12/2010

Receitas Municipais	1.195.401,74 €
FEF + IRS	10.581.669,00 €
Total Limite Endividamento Empréstimos a L/M Prazo	11.777.070,74 €
Empréstimos em dívida não Excepcionados	7.487.342,11 €
Margem para o Limite de Empréstimos de M/L Prazo em 31/12/2010	4.289.728,63 €
Margem Disponível em % a 31/12/2010	36%

Limite Legal de Endividamento Líquido Municipal - Artigos 36º, 37º e 61º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

Este limite é calculado através da diferença entre o Passivo e Activos Financeiros, sendo retirados os empréstimos em dívida excepcionados, tem como fim o controlo do stock da dívida.

Endividamento Líquido do Município

Código	Descrição	saldo Final 31/12/2010
Activos Financeiros		
11 + 12	Caixa e depósitos Bancários	1.451.693,13
211+213+218	Clientes, Utentes Serviços Municipais	80.193,07
271	Acréscimos de Proveitos	471.703,78
272	Custos Diferidos	26.115,43
411	Parte de Capital	276.759,00
Total Activos Financeiros (1)		2.306.464,41
Passivos Financeiros		
217	Clientes e Utentes com cauções	0,00
22	Fornecedores c/c	1.065.193,37
23121	Empréstimos Bancários M/L prazo	8.618.526,86
24 + 263	Estado O. E. Públicos	49.223,74
261	Fornecedores de Imobilizado	571.134,17
268	Devedores e Credores Diversos	793.088,42
273	Acréscimos Custos	647.763,88
Total Passivos Financeiros (2)		11.744.930,44
(2 - 1) Endividamento Líquido		9.438.466,03

Limite ao Endividamento Líquido Municipal 2010

Receitas Municipais (2009)	1.195.401,74
FEF + IRS (2010)	10.581.669,00
Total	11.777.070,74
Limite ao Endividamento Líquido 2010 (125% do total)	14.721.338,43
Endividamento Líquido do Município	9.438.466,03

Empréstimos Excepcionados	1.131.184,75
Endividamento Líquido a considerar	8.307.281,28
Margem para o Limite de Endividamento Líquido	6.414.057,15

Limite Legal de Antiguidades de Saldos - nº9 do Artigo 38º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro

A nova Lei das Finanças Locais introduziu um limite máximo aceitável para valores em dívida pelas Autarquias a credores não financeiros há mais de 6 meses sob pena de caso ultrapassado, obrigar o Câmara Municipal a apresentar à Assembleia Municipal aquando da prestação de contas, um plano de resolução do referido crédito.

Limite de Antiguidades de Saldos 2010

	Limite	Valor do Município	Margem para o Limite
Dívidas com mais de 6 meses - 1/3 das dívidas a Fornecedores	492.270,16 €	235,40 €	492.034,76 €

6 - SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço, a Demonstração de Resultados em conjunto com o Mapa Fluxo de caixa apresentados, proporciona uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município a 31/12/2010.

BALANÇO 31 / 12 /2010

ACTIVO		PASSIVO	
IMOBILIZADO	102.770.433,00	FUNDOS PRÓPRIOS	78.937.333,47
Bens Domínio Público	67.606.566,52	Património	100.841.079,37
Imobilizações Incorpóreas	29.040,00	Doações	16.230,00
Imobilizações Corpóreas	34.858.067,48	Resultados Transitados	-17.622.552,11
Investimentos Financeiros	276.759,00	Resultados Líquidos Exercício	-4.297.423,79
CIRCULANTE	2.299.379,15	PASSIVO	26.132.478,68
Existências	269.673,74	Dívidas a Terceiros a M/L Prazo	8.618.526,86
Dívidas de Terceiros C/P	80.193,07	Dívidas a Terceiros a C/ Prazo	2.479.655,06
Depósito Instituições F. e Caixa	1.451.693,13	Acréscimos e Deferimentos	15.034.296,76
Acréscimos e Deferimentos	497.819,21		
TOTAL DO ACTIVO	105.069.812,15	TOTAL FUNDOS P. + PASSIVO	105.069.812,15

O conjunto de bens e direitos que compõem o Activo do Município, totalizam a 31 de Dezembro de 2010 € 105.069.812,15 (cento e cinco milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e doze euros e quinze cêntimos)

O Passivo do Município é principalmente de Médio e Longo Prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os Custos e Proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados / recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos Subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que foram contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito. enquanto tal, estes valores têm que estar reflectidas na rubrica de Acréscimos e Deferimentos.

O Município de Montalegre encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2010, com um *Resultado Líquido de Exercício* de - 4.297.423,79 €, motivado fundamentalmente pelo elevado custo com as amortizações 9.124.568.,67 €.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 31/ 12 /2010	
	2010
Resultados Operacionais	-5.186.886,77
Resultados Financeiros	904.052,88
Resultados Correntes	-4.282.833,89
Resultados Extraordinários	-14.589,90
Resultado Líquido do Exercício	-4.297.423,79

Resultados Operacionais

Os *Resultados Operacionais*, apresentam um valor negativo no exercício de 2010.

Os Proveitos Operacionais, são constituídos pelos Impostos e Taxas, Vendas e Prestações de Serviços e pelas Transferências.

Os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos, os custos com amortizações e as Transferências e os subsídios correntes atribuídos, detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos Operacionais.

Resultados Financeiros

Os *Proveitos Financeiros*, são provenientes dos Juros, obtidos de depósitos à ordem e dos Rendimentos das Participações de Capital.

Os custos Financeiros advêm fundamentalmente dos encargos financeiros dos investimentos que foram realizados com recurso ao crédito

No ano de 2010, os Resultados Financeiros do Município de Montalegre foram positivos.

Resultados Extraordinários

Ao nível dos custos, que concorrem para o cálculo dos *Resultados Extraordinários*, uma das componentes que mais sobressaiu foi as Transferências de Capital no valor de € 425.361,38.

MAPA RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Mapa Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos Orçamentais, assim como as Operações de Tesouraria, referem-se a retenção que as Autarquias faz aos próprios funcionários e aos Eleitos Locais em regime de permanência, relativas a: CGA, IRS, ADSE, IGFSS, Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respectivas Entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela Autarquia referente a cauções e garantias relativas a fornecimentos e empreitadas.

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA					
RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		1.365.452,36	Despesas Orçamentais		17.633.668,11
Execução Orçamental	591.433,92		Correntes	10.497.806,48	
Operações Tesouraria	774.018,44		Capital	7.135.861,63	
Receitas Orçamentais		17.690.278,75	Operações Tesouraria		799.137,59
Corrente	11.792.814,64		Saldo para a Gerência Seguinte		1.451.693,13
Capital	5.897.464,11		Execução Orçamental	648.044,56	
Outras			Operações Tesouraria	803.648,57	
Operações Tesouraria		828.767,72			
Total		19.884.498,83	Total		19.884.498,83

